

O trabalho de campo em uma pesquisa com executivos negros: algumas considerações¹

IVO DE SANTANA

resumo Este artigo reflete sobre o desenvolvimento do trabalho de campo em uma pesquisa que investiga a trajetória de ascensão social de negros que ocupam posições de prestígio em instituições da administração pública na cidade de Salvador. Pretende-se apontar limites, possibilidades e singularidades observadas no confronto entre pesquisador e sujeitos em situação de similaridade de condições sócio-raciais e de contextos. Os depoimentos, colhidos nos anos de 2005 e 2006, procederam de 20 profissionais negros que vivenciaram a experiência de ascensão no serviço público e ocuparam postos em que estiveram na condição de “autoridade pública” em Salvador. Observa-se que, por mais planejado que se conceba o trabalho de campo, este tende a situações que não poderiam estar previamente inseridas em qualquer manual. Obter os depoimentos dos informantes exige que o pesquisador demonstre sensibilidade para identificar a dinâmica mais profícuca para atender aos objetivos da investigação.

palavras-chave Negros. Ascensão social. Trajetória. Trabalho de campo. Negros de classe média.

Nas Ciências Sociais, o termo “trabalho de campo” reporta-se normalmente à fase da investigação realizada em lugares da vida cotidiana onde o pesquisador efetua coleta de dados para análise posterior. Refere-se à etapa essencial e das mais complexas das investigações qualitativas, especialmente porque o pesquisador trabalha com sujeitos sociais que, como ele, vivenciam comportamentos nem sempre previsíveis e cuja compreensão exige interpretação das orientações e motivações precedentes.

Com efeito, conforme Minayo (1994), no trabalho de campo os sujeitos da investigação são construídos, teoricamente, enquanto obje-

tos de estudo. No campo, fazem parte de uma relação de intersubjetividade e de interação social com o pesquisador, tendendo a resultar um produto novo e confrontante tanto com a realidade concreta como com as hipóteses e pressupostos teóricos.

Nas considerações a seguir, refletirei sobre o desenvolvimento do trabalho de campo na pesquisa que ora realizo, buscando apontar limites, possibilidades e singularidades observadas no confronto entre pesquisador e sujeitos pesquisados em situação de similaridades, tanto de condição sócio-racial como de contextos vivenciados.

A pesquisa investiga a trajetória de ascensão social de indivíduos negros que, por meio de concurso, ingressaram na administração pública, construindo singulares carreiras profissionais, chegando a ocupar posições de prestígio em instituições do serviço público da cidade de Salvador – cidade brasileira com maior percentual de negros na população, mas também de limitada presença desses no topo da hierarquia social.

O estudo trata de pessoas de origens modestas que, contrariando a “trajetória modal” da categoria racial em que se inscrevem, tornaram-se profissionais de visibilidade e poder na sociedade de Salvador na condição de comandante de corporação militar, reitor de universidade, corregedor-chefe de polícia, delegado titular, diretor de hospital, diretor de faculdade, superintendente de instituição, juiz, desembargador, dentre outros.

Tive como objetivo analisar as histórias vivenciadas por essas pessoas de modo a conhecer os caminhos percorridos, entender os significa-

dos auto-atribuídos ao processo de mobilidade, bem como refletir acerca das repercussões daí geradas. Com esse propósito, pretendi contribuir para ampliar a compreensão da realidade desses agentes sociais por acreditar que isso pudesse revelar importantes aspectos do mundo social dessa parcela da população e, conseqüentemente, ampliar possibilidades de conhecimento do conjunto da sociedade brasileira no cenário contemporâneo.

Apoiei-me na escuta e nas interpretações dos relatos de 20 profissionais negros que vivenciaram a experiência de ascensão no serviço público, ocupando postos em que estiveram na condição de “autoridade pública” em Salvador; seus depoimentos foram colhidos durante os anos de 2005 e 2006, período em que as questões raciais ganharam relevo nas discussões da sociedade face à intensificação dos debates das tensões raciais daí decorrentes, como também das ações que envolvem as definições de políticas públicas voltadas para essa população².

Essas pessoas integram um grupo bastante reduzido de indivíduos e encontram-se dispersas em um universo relativamente amplo de instituições como também em posições cujo acesso nem sempre é simples. Deparei-me, assim, com o primeiro desafio ao qual seguiram muitos outros: como montar uma rede significativa de informantes, composta de autoridades públicas, negras, com atividades profissionais sediadas em Salvador que aceitassem participar da pesquisa? Isso se mostrara instigante porque Salvador é, indiscutivelmente, uma grande metrópole com um grande número de instituições públicas – reconhecidamente provincianas e piramidais na configuração de sua estrutura, além de apresentarem certa impermeabilidade para o ingresso de negros em sua elite dirigente, conforme expressa um dos informantes, admitindo que

as relações na Bahia são muito primárias. Entenda, porque as coisas têm de ficar claras. Não no sentido de que são elementares, é uma sociedade muito estratificada. Se você olhar na UFBA, “fulaninho” é primo de “fulano”, é irmão de “fulano”, pai de “fulano”. Então, existe uma rede familiar fortíssima e quem é de fora, para entrar – seja baiano ou não –, tem certa dificuldade. (Carlos, 63 anos, engenheiro civil com doutorado em Paris, diretor-geral de instituição federal de ensino superior)

Outro desafio enfrentado relacionou-se ao fato de que a pesquisa urbana no Brasil tem sido realizada mais freqüentemente com grupos em situações de desvantagem social, ou seja, aqueles considerados destituídos de poder político e econômico, de maneira que a quantidade de pesquisas que se afastam desse padrão é bastante limitada³. Isso poderia ser explicado pela opção clássica da Antropologia em pesquisar as chamadas minorias sociais, mas também em função das dificuldades de acesso às camadas médias e altas, assim como pelo fato de a maioria dos pesquisadores, sendo oriundos da classe média, nutrir certo interesse em conhecer hábitos, costumes e valores de uma classe social à qual não pertencem. Tal limitação reverte-se na ausência de trabalhos sobre a metodologia de pesquisa aplicada aos estudos das camadas médias da população brasileira – especialmente no tocante ao segmento negro. A similaridade étnico-sócio-racial entre o pesquisador e o seu objeto de pesquisa é também um tema ausente no debate acadêmico brasileiro⁴, restringindo-se aos encontros e diálogos informais entre os pesquisadores negros⁵.

Isso posto, tecerei, a seguir, algumas considerações sobre situações por mim vivenciadas no tocante à construção desta investigação, buscando explicitar e sistematizar a experiência em distintos momentos deste trabalho – desde a minha inserção no campo, passando

pela escolha dos entrevistados, até as dinâmicas do processo da entrevista. Espero, de alguma forma, oferecer contribuição teórica da prática etnográfica em um contexto de uma sociedade complexa, a partir da condição de *insider* étnico – um aspecto que percebi não ser muito usual nesse tipo de investigação e que me pareceu ter contribuído para o bom andamento da pesquisa.

O específico etnográfico

Desde o início da pesquisa, havia a consciência de que eu e os informantes compartilhávamos certas referências comuns: éramos todos negros, partilhávamos semelhante situação sócio-racial, ou seja, como eles também exerceram posto executivo na administração pública, além de transitarmos no universo da camada média da população de Salvador. O que não imaginava é que a essas similaridades muitas outras acrescentar-se-iam, a ponto de, em diversos aspectos, perceber-me como um *insider* diante do grupo que estava pesquisando.

A cada nova entrevista inusitadas similaridades apareciam, desde o fato de que todos provínhamos de baixos estratos sociais, tínhamos equivalentes faixas etárias (em torno de 50 anos)⁶, além de que, em sua grande maioria, nascemos, estudamos ou vivemos há longo tempo nessa capital – portanto, fazíamos parte da mesma sociedade, compartilhávamos valores, visões de mundo e estilos de vida (estilos por vezes diferenciados da grande maioria negra que habita Salvador).

A proximidade de nossas experiências ampliava-se na medida em que as equivalências das faixas etárias e das condições sociais de origem faziam com que alguns deles já fossem meus antigos conhecidos⁷ ou que, com frequência, descobríssemos, nas conversas, amigos e conhecidos comuns. Presumo que essas coinci-

dências e cruzamentos relacionam-se ao fato de que em Salvador, há algumas décadas, não havia muitos locais de convívio e que, por isso, as pessoas estavam sempre se cruzando nas poucas bibliotecas, nos poucos cinemas, nas festas populares de rua, nos eventos esportivos e em outras situações mais cotidianas.

Tais constatações informavam-me que eu não estava participando de uma experiência na qual havia uma diferença radical entre minha vida cotidiana e a das pessoas que estava pesquisando. Em relação ao “campo” tradicional, ou a boa parte da literatura do trabalho de campo, não havia apropriadamente uma “aldeia” para a qual eu estaria me dirigindo a fim de uma aproximação com o “outro”: eu pertencia à mesma sociedade dos informantes; falávamos a mesma língua nacional; experimentáramos uma vivência acadêmica em período próximo; comungávamos de sistemas comuns de crenças; além das outras similaridades já mencionadas.

Ainda assim, dúvidas e hesitações inquietavam-me: como abordar ou questionar fatos que vivenciei junto a informantes que já eram antigos conhecidos? As questões poderiam soar constrangedoras, desnecessárias ou redundantes. Como me conduzir diante de fatos que, pela minha amizade com o informante, a confissão ou a rememoração poderia ser algo doloroso?

Vale ressaltar que as dúvidas e as hesitações não se comparavam às de um pesquisador estrangeiro em um país desconhecido. Por exemplo, em determinadas situações já eram esperadas algumas das respostas que eles forneceria, uma vez que, na condição de pesquisadores, ao realizarmos atividades em nossa própria sociedade – e não em uma sociedade estrangeira –, já temos introjetadas indicações para entender situações nas quais as nossas percepções, interpretações e possibilidades ganham significados, considerando que

[...] o sociólogo que limita o seu trabalho à sua sociedade está explorando o seu fundo de experi-

ências pessoais como base de conhecimento. Ao fazer entrevistas estruturadas, utiliza o seu conhecimento de significados conseguidos através da participação na ordem social que está estudando. Terá um mínimo de sucesso garantido na comunicação pelo simples fato de que lida com a mesma linguagem e com o mesmo sistema simbólico dos seus entrevistados. Aqueles que trabalham com técnicas estruturadas em linguagem não-ocidentais são testemunhas da dificuldade encontrada em ajustar os seus próprios significados aos significados correntes na sociedade investigada (Vidich *apud* Cicourel, 1990, p. 88).

Em muitas ocasiões, a condição de *insider* favoreceu o desenvolvimento de uma atmosfera em que eu terminava sendo percebido, em termos de presença, como “familiar”, mesmo junto a sujeitos com quem jamais havia me relacionado anteriormente. Com alguns deles, poucos minutos de conversa já criavam uma informalidade tal que invariavelmente passávamos a nos tratar por “você” ou pelos próprios nomes, fazendo desaparecer os personagens/papéis que freqüentemente desempenhávamos ante estranhos, fosse como autoridade pública, pesquisador, economista, administrador ou advogado que éramos. A interação desenvolvia-se entre sujeitos ávidos por conhecimento mútuo⁸.

Também surgiram dificuldades: uma delas refere-se ao limite temporal dos encontros que nas pesquisas urbanas tende a ser mais reduzido que no trabalho de campo tradicional. Na prática, isso restringiu períodos de interações importantes no sentido de aumento da confiança e maior estreitamento de cumplicidade com alguns dos informantes.

Em toda a pesquisa acompanhava-me o temor de que a familiaridade com o mundo social que estava pesquisando pudesse conduzir-me a naturalizações e “essencializações”, já que muitas das circunstâncias poderiam escamotear a

percepção de nuances específicas do objeto de estudo. Assim, seguindo as orientações de Velho (2004), exercitei a “exotização do familiar e a familiarização do exótico”, pois o que sempre vemos e encontramos, embora possa nos parecer familiar, não é necessariamente conhecido e, da mesma forma, o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas até certo ponto conhecido. Esse exercício se fez continuado no decorrer do trabalho, pois acredito que estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento⁹.

Com efeito, podemos ter familiaridade com cenários e situações sociais do nosso cotidiano, a exemplo do nome, lugar e posição dos indivíduos na sociedade. Contudo, isso não implica que conheçamos o ponto de vista e a visão de mundo dos diferentes atores em uma situação social – tampouco as regras que estão por detrás dessas interações, dando continuidade ao sistema.

Bourdieu (2005) também trata dessa problemática, ponderando que, para livrarmos da “ilusão do saber imediato”, ao penetrar no universo social, devemos fazê-lo considerando como se estivéssemos penetrando em algo desconhecido e estranho – tanto quanto o mundo biológico o era para o biólogo, antes de ter sido constituída a Biologia. Ele argumenta que o sociólogo deve reconhecer epistemologicamente o caráter ilusório das pré-noções, ou seja, buscar o seu estranhamento, considerando que esta serve de base para a Sociologia espontânea, de cujas armadilhas os sociólogos devem buscar escapar.

A condição de pesquisador e membro da sociedade pesquisada fez com que a todo tempo eu estivesse submetido à inevitável questão acerca do meu lugar na pesquisa, das possibilidades de relativizá-lo ou transcendê-lo, a fim de poder “me colocar no lugar do outro”. Além disso, estava consciente da possibilidade de ocorrerem imprevistos,

coincidências e desconfortos no contato direto com os sujeitos, pois “toda pesquisa com entrevista é um processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo em que as palavras são meio de troca” (Becker; Geer, 1997, p. 28).

Ou seja, não se trata de um processo de informação de mão única, passando do entrevistador para o entrevistado, nem tão pouco de uma conversação comum, mas de um confronto direto em que nem sempre é tão simples a tarefa de ganhar a confiança de “estranhos” – ainda que alguns deles fossem antigos conhecidos.

A aproximação com os sujeitos

A tarefa de abordar indivíduos com quem não se mantém relação de proximidade e obter depoimentos pessoais para um trabalho de pesquisa não é um exercício simples, e os obstáculos tornam-se ainda maiores quando se trata de autoridades públicas com quem jamais mantivemos algum nível de aproximação. As barreiras humanas que se impõem transpor (porteiros, recepcionistas, secretárias e outros), além da imponderável escassez de tempo dos informantes, tendem a tornar a tarefa exaustiva e de grande complexidade.

Algumas circunstâncias serviram-me como facilitadoras no contato com os informantes, a exemplo da oportunidade de recorrer à minha rede de amizades pessoais, para mediar a aproximação. A minha disposição para comparecer a eventos, formais e informais, onde presumia que negros de classe média estariam presentes também garantiu a aproximação com outros potenciais sujeitos de investigação.

Destaco a participação em julho de 2005 no “Almoço dos negros-categoria”, um evento de cunho privado que reuniu uma elite de

negros profissionalmente “bem-sucedidos”, patrocinado por conhecida autoridade pública do Estado. Esse evento estava em sua segunda edição e tinha o intuito de congregiar lideranças negras atuantes na cidade, com o objetivo expresso de ampliar a socialização e o fortalecimento entre si. Estiveram presentes militares, políticos, empresários, representantes do executivo e do judiciário, juntamente com seus cônjuges, muitos destes de pele mais clara. No decorrer do evento, me aproximei de diversos grupos e em nenhum momento percebi qualquer referência ao tema das relações raciais, embora todos soubéssemos a razão de estar ali. Afinal, a própria denominação do evento já demonstrava o seu caráter racializador. Por isso, tornou-se representativo para mim quando, em dado momento, ao anunciar-se como anfitrião do próximo encontro, um dos convivas discursou sobre a importância e a “oportunidade ímpar de estarmos em reuniões como esta, onde podemos cada vez mais nos fortalecer”.

Atento às situações que se desenvolviam ao redor, fui tomado por uma série de indagações: por que apenas naquele momento isolado, quase ao final do encontro, houve uma maior explicitação da conotação racial que permeava a realização do evento? Qual a razão de tanta sutileza para explicitar algo que era do conhecimento de todos? Sob que aspectos o evento sinalizava estar havendo entre os negros uma consciência de “classe média negra”? O que o evento poderia trazer-me como antecipação no tocante à vivência dessas pessoas? O que estava por trás da necessidade de se marcar um próximo encontro? Era um momento concreto de fortalecimento de laços, tomada de posições ou de possibilidade de ostentação? O que isso revelava do momento atual dos indivíduos ali presentes? Com que frequência demandavam a participação em eventos semelhantes? Como a ausência de outros eventos correlatos repercutia nesses indivíduos? Que sentimentos

e reações tais encontros desencadeavam em cada um e de que modo isso estava ligado a cada trajetória individual? Em que aspectos essas trajetórias assemelhavam-se, apresentavam traços díspares, ajudavam-se ou tensionavam-se? Essas indagações surgidas no decorrer do evento acompanharam-me ao longo de toda a investigação.

Em eventos de naturezas diversas de que participei pude, na prática, constatar o quão reduzido é o número de profissionais negros, bem como a interação entre eles. Configuram a existência de uma “elite negra” expressão preferida por um dos informantes, mas que a meu ver, não se constitui enquanto grupo social. A expressão “elite negra” é também utilizada por Pereira (2001) que a utiliza para denominar uma reduzida parte da “população de cor” que, graças ao grau de instrução, a êxitos econômicos e profissionais, logrou distinguir-se da grande massa negra.

Aqui vale retomar Fernandes ao chamar a atenção para os critérios subjetivos de autoavaliação social, adotados por negros e mulatos em ascensão. Para ele, tais critérios só recebem franco reconhecimento, ainda assim, “como algo legítimo e indiscutível, apenas por aqueles que se identificam como a *elite* ou a *alta sociedade* dessa população” (Fernandes, 1965, p. 160). Em resumo, Pereira e Fernandes entendem que o grupo de negros em ascensão não chega a constituir uma camada social definida e amplamente reconhecida.

Domingues (2001) apresenta outra forma de pensar a “elite negra” onde o termo exibe três sentidos específicos: “político”, à medida que este grupo se configurou como dirigente político da comunidade e foi aceito como tal pelos brancos; “educacional e cultural”, à medida que, alfabetizado, é considerado “culturalmente evoluído”. E, por último, um sentido “ideológico” ao reproduzir muitos valores ideológicos da classe dominante. Nessa perspectiva,

Domingues, reconhece a definição e a legitimidade deste grupo como camada social ao especificar seus possíveis enquadramentos.

Em estudo mais recente, ao se referir à não-existência de uma “classe média negra”, Figueiredo (2002) conclui que os negros que ascendem não potencializam uma classe hegemônica, ou seja, não formam grupos que a fortaleça como tal. Não se comportam, nem se identificam como uma classe em si, tampouco como um grupo étnico. Diante do exposto, entendendo necessário uma discussão mais profunda sobre o que se convencionou chamar de “elite ou classe média negra”.

No que diz respeito à aproximação com os sujeitos, aproveitei da minha presença no almoço mencionado e ali mesmo efetuei alguns contatos. Em relação aos demais, sempre que possível, busquei obter uma introdução pessoal a partir de intermediários ou conhecidos comuns e devo ressaltar que, utilizando esse procedimento, a cooperação mostrou-se mais eficaz; quando não o utilizei, por exemplo, tinha de me apresentar diretamente e quase sempre enfrentei dificuldades, como as situações de constrangimento passadas com a secretária de uma informante. Ela insistia para que lhe fornecesse previamente o roteiro da entrevista e, com a minha recusa, dificultou ao máximo o encontro, deixando-me por vários dias aguardando uma data na sua agenda.

A aproximação só se tornou possível graças à intermediação de um colaborador, que me forneceu o número do telefone celular da informante, em cujo contato telefônico mostrou-se surpreendentemente disponível no dia seguinte e que presumo não teria acontecido se não tivesse obtido ajuda externa.

A influência das apresentações pessoais e de intermediários sugere a grande significação dos laços pessoais na sociedade baiana. Nesse aspecto, nas situações que experimentei ao longo da pesquisa, os laços mostraram-se fortes

o suficiente para abrir portas, ao ponto de em pouco tempo transformar desconhecidos em pessoas com relativo grau de intimidade.

Vale registrar que uma das pessoas indicadas previamente questionou a sua identificação como negra ao ser abordada no contato telefônico. Denotando certo constrangimento, ela indagou se eu não a estava confundindo com outra profissional de sua instituição e quando lhe respondi que fora aquela profissional quem a havia indicado, ela reagiu dizendo: “Bem, eu sou mestiça, e mestiça pode ser considerada negra, né?! Então, pode vir que lhe atendo”. Percebendo em sua fala um evidente incômodo ao efetuar essa colocação, refleti sobre o quão intrincado mostrasse o confronto entre a auto-identificação e a forma como algumas pessoas são vistas pelo outro na sociedade brasileira.

Ainda assim, fui anonimamente ao seu escritório e, após identificá-la, decidi não incluí-la no grupo pesquisado, dado o seu fenótipo de pele clara e olhos verdes, embora outros caracteres indicassem sua possível ascendência negra. Nas escolhas que fiz, excluí os mulatos ou mestiços e privilegiei aqueles que pelos caracteres fenotípicos pareceram-me ter menos chances de escaparem da categoria “negros” e que, afora isso, também se auto-identificavam como tal.

No primeiro contato, fornecia a explicação sobre a minha proposta de estudo e, geralmente, em algum ponto dessa troca introdutória, o sujeito já revelava algum aspecto de sua própria experiência, que eu usava como brecha para penetrar na sua história de vida. Em geral, nesse primeiro contato não se efetuava qualquer gravação. Solicitava o preenchimento da “ficha de identificação”, que me permitia traçar o perfil do futuro entrevistado e da sua instituição e também obter dados que, de outra forma, poderia causar certos desconfortos, como a idade das mulheres, a renda familiar e o endereço residencial. Na ficha constavam dados referentes

à idade, ao sexo, à naturalidade, ao estado civil, à escolaridade, à residência, à quantidade de filhos, à instituição onde trabalhava, ao tempo de serviço, ao ano em que prestou concurso, aos postos ocupados, à renda familiar e informações diversas sobre a instituição, a família construída e a de origem.

Além desses elementos, pedia ainda um *curriculum vitae*; retirava informações dele próprio, evitando possível perda de tempo com o que poderia ser obtido de forma simples e inequívoca, a exemplo da trajetória escolar e profissional. Com base no contato, na “ficha” e no currículo, poderia aferir se o perfil do sujeito enquadrava-se à investigação.¹⁰ Ao mesmo tempo, definia linhas de orientação para a sessão de entrevista propriamente dita que, às vezes, já se iniciava naquela ocasião, dependendo da disponibilidade de ambos¹¹.

O conhecido efeito “bola de neve” foi um grande facilitador da abordagem, ou seja, os primeiros entrevistados indicavam outros e isso, de certa maneira, fornecia-me duas indicações valiosas: a primeira era que havia nesses executivos um contido interesse em relatar suas trajetórias; a segunda, que a condução da relação com eles estava sendo bem-sucedida, levando-me a encarar as sessões de entrevistas seguintes com menos ansiedade e afastar pré-noções que me acompanhavam desde o início da pesquisa.

Outra fonte de informação deveria ser mencionada, já que serviu de complemento e forneceu dados para a verificação de fatos que foram relatados nas entrevistas. Como os informantes eram pessoas bem relacionadas com a organização econômica, social e política local, eu acompanhava, sistematicamente, nos jornais e outras publicações as notícias sobre eles e de suas organizações¹². Esse tipo de informação mostrou-se valiosa, pois muitas das operações e atos pessoais, apesar de sua aparente privacidade, tornavam-se conhecidos, “uma privacidade

que é, na verdade, sempre potencialmente e propositalmente pública”, conforme afirma Ledes (1978, p.74).

As pré-noções

Percebi que antes de me aproximar mais profundamente dessas pessoas, e sem me dar conta, já havia desenvolvido uma série de premissas negativas a respeito delas. Conforme Bourdieu (2004), tais pressupostos devem ser ostensivamente recusados no decorrer da pesquisa, o que implica em “lutar metodicamente contra a ilusão desse saber imediato” e explicitar os pressupostos assumidos inconscientemente a partir dos quais a “Sociologia espontânea” engendra essas pré-noções (Bourdieu, 2004, p. 23).

Consciente disso, esforcei-me para refletir sobre as minhas próprias impressões e exercitei a vigilância epistemológica, procurando ampliar a consciência dos meus valores e da influência exercida tanto sobre mim como sobre a pesquisa. Mesmo sabendo que toda pesquisa é precedida de certos valores que não são possíveis se despir por completo, empenhei-me no sentido de realizar a pretensa “neutralidade axiológica” proposta por Weber (1995) e confesso não ter conseguido. Como afirma Franz Boas, antropólogo culturalista americano, “os nossos olhos são treinados para enxergar sob o prisma das lentes da nossa própria cultura”, logo, não há como retirar o olho, mas sim usá-lo como filtro, observar a realidade com luneta, e não com microscópio.

Nos primeiros contatos diretos sempre me acompanhavam certas impressões eivadas de preconceito, expressos na minha expectativa de encontrar indivíduos defensivos e formais por excelência. De igual maneira, previa enfrentar profissionais arrogantes, “escorregadios” e hábeis na dissimulação, como também “melindráveis” ou dispostos a estabelecer limitações às

questões – especialmente porque, destinando-se a um trabalho acadêmico, a pesquisa, em termos objetivos, não lhes traria, aparentemente, retorno algum. Calculava, então, encontrar sujeitos avessos a relatar fatos nem sempre confortáveis, como as relações raciais ou infâncias de pobreza. Afinal, no cotidiano, poucas vezes presenciamos indivíduos dessa categoria reportando-se a tais fatos. Isso se faz evidente a seguir, no depoimento de um ex-ajudante de pedreiro que se tornou comandante de importante corporação militar na Bahia.

Você está me entrevistando desde aquele dia e a primeira vez que eu estou repassando meu passado, de fato, é com você. Eu nunca fiz isso, nunca tive ninguém pra confidenciar. Até porque uma das coisas que eu pouco faço é falar sobre mim. Não é nem por modéstia, poderia ser até por medo de querer falar e de repente ser interpretado como sendo muito pretensioso, se achando demais. Então, eu não gosto de falar do passado que eu fiz, eu não falo nem pra minhas filhas, nem como vítima, nem o que eu fui. Até pelo fato de aprender a esconder o passado de vítima, pra não denotar fraqueza ou inferioridade, eu aprendi a não falar do passado. Aí, resultado: é a primeira vez e você está fazendo um grande bem pra mim. Pra mim está sendo o reconstituir da minha vida. Eu nunca tinha entrado tanto no meu passado como você está me fazendo entrar agora. Então, você está fazendo um grande bem pra uma pessoa, porque está me fazendo reconstituir tudo isso e talvez, a partir de agora, eu não tenha mais medo de falar disso pra ninguém, até pra as minhas filhas. Está na hora de eu conversar. (Norberto, 53 anos. Mestre em ciências militares. Comandante de corporação militar em Salvador.)

Outra pré-noção estava ligada à dificuldade de agendamento das entrevistas, pois acreditava que os informantes buscariam demonstrar-se,

constantemente, ocupados; sendo assim, não poderiam conceder mais do que breves entrevistas e que isso me imporia permanente tensão no sentido de exercitar a máxima objetividade e o abreviamento das questões.

Em geral, desde o primeiro contato telefônico, a maioria já se mostrava cordial e receptiva, acolhendo satisfatoriamente a idéia da pesquisa como algo prestigioso e procuravam estendê-la a outros pares. Isso ficava claro quando me indicavam outros informantes potenciais, levando-me a supor que, em face da pesquisa estar ligada à universidade, meu interesse por eles não apenas representasse a legitimação da posição de prestígio que ocupavam, como também que havia por parte deles uma representação positiva da instância acadêmica, como se refere umas das informantes

se eu tivesse outro tipo de suporte, de condições, eu teria feito mestrado, eu teria feito doutorado, eu sei que hoje seria uma excelente professora em qualquer universidade do País, eu não consegui me realizar nessa parte, mas também eu já fiz o que eu nem poderia sonhar [...] (Noélia, 54 anos, desembargadora federal).

Dentre as pré-noções negativas que eu carregava sobre o perfil “tradicional” dos negros em posição de “prestígio” no serviço público, destaca-se a que se reportava aos militares e profissionais das instituições de segurança pública. Supunha que, principalmente a estes, incomodariam as questões sobre racismo, pobreza ou dificuldades pessoais, e a ocorrência de fenômenos dessa espécie na vida de cada um seria predominantemente negada, minimizada ou repelida.

Contudo, relatos profundos acerca da vivência pessoal foram obtidos dessas pessoas – ainda que algumas das falas fosse entremeada de exclamações do tipo “É engraçado que eu esteja falando isso aqui agora, pela primeira vez na minha vida”. Ou mesmo exclamações ditas

com pesar, como a seguinte reflexão sobre uma situação de discriminação passada, ocorrida no decorrer da formação profissional:

Poxa vida! Eu, neste momento, consigo perceber algo que jamais tinha me ocorrido. Eu estava sendo profundamente discriminado naquela ocasião. Agora eu vejo isso com clareza e posso falar com você. Talvez antes eu não quisesse admitir, dizer, mas agora eu digo. (Sílvia, 55 anos, Comandante de corporação militar em Salvador)

Saber-se negro e os significados daí decorrentes nem sempre é o suficiente para compreender com profundidade as formas ambíguas como o racismo incide no Brasil; do modo camuflado como se apresenta e que faz com que muitas situações não sejam percebidas (ou sejam conscientemente ignoradas até mesmo pelas suas vítimas) no momento em que elas ocorrem.

A relação com os informantes eliminou muitas pré-noções, além daquelas relacionadas à idéia corrente de “autoridade pública” ou do perfil tradicional sobre negros em cargo de prestígio; levava também para o campo uma série de outras crenças, como a de que em uma situação de entrevista os homens, em relação às mulheres, estariam avessos a falar sobre experiências mais traumáticas¹³. Isso também se mostrou infundado, pois, em geral, as pessoas achavam proveitosa a oportunidade da entrevista e entusiasmavam-se ao relembrar seus cotidianos de dificuldades, as estratégias pessoais e familiares utilizadas no percurso, os recuos, avanços, persistências e conquistas.

Os informantes da pesquisa

Os informantes variaram muito, desde os muito falantes aos relativamente lacônicos ou “desconfiados”, cuja descontração só se con-

sumava mediante estímulos gestuais ou orais com os quais eu tentava ganhar a confiança e fazer prosseguir os relatos. Havia também os perspicazes, que volta e meia estavam a questionar minha presença diante deles – forçando que eu me percebesse como sujeito objetivante – enquanto parte também significativa da pesquisa, tal como refere Bourdieu (2004). De uma maneira geral, não se furtaram a revelar informações importantes, embora nem sempre isso acontecesse nos primeiros momentos ou de forma direta. Algumas vezes as informações eram repassadas por meio de metáforas, eufemismos e, até mesmo, por “personagens” que meus interlocutores se travestiam.

Apresentarei, a seguir, uma breve caracterização dos informantes¹⁴, ou seja, um resumo de cada entrevista em particular, tomada como um todo homogêneo, em que são acentuados os elementos considerados por mim relevantes para contextualizar a população. Lembrando Clifford (1998), há aqui a pretensão de que esses indivíduos não desapareçam totalmente no resultado final do trabalho, um fato que seria totalmente passível de acontecer. Tal preocupação tem um maior sentido na medida em que me refiro ao pensamento “geral” de um conjunto de agentes sociais que teve como base um processo de pesquisa, cujos dados foram tratados “fora do campo” e traduzidos em um texto que se encontra separado das situações discursivas que são típicas do trabalho de campo.

Os sujeitos pesquisados encontram-se na faixa etária entre 40 e 63 anos, sendo que os dois casos extremos só incidem cada qual apenas uma vez¹⁵. A maioria deles tem sua idade concentrada entre os 50 e 55 anos; provem de famílias modestas, compostas em sua maioria de muitos membros, algumas delas chegam a ter 15 membros entre pais, filhos e parentes convivendo em espaços exíguos. Os chefes de família, rígidos no controle da casa, possuí-

am baixo ou nenhum grau de escolaridade e exerciam atividades que exigiam baixa qualificação, como pedreiros, funcionários públicos de baixo escalão, motoristas, barbeiros, empregadas domésticas, lavadeiras, vendedoras ambulantes. Apenas três mães alcançaram o segundo grau, duas delas formaram-se em professora primária e outra se formou em auxiliar de enfermagem quando os filhos já estavam crescidos. Os informantes estudaram em escola pública de boa qualidade e, em sua totalidade, concluíram o ciclo completo de educação formal, ingressando na universidade pública em cursos como Direito, Medicina, Estatística, Oficial das Forças Armadas, Engenharia, Letras. Sobressaiu o alto número de cursos de especialização realizados por essas pessoas, inclusive cinco deles fizeram mestrado e um concluiu o doutorado fora do País.

No serviço público ingressaram por concurso e, no momento da pesquisa, ocupavam posições estratégicas em suas organizações, representando-as publicamente, controlando recursos, gerenciando pessoas e exercendo papel central nas decisões e nas ações da instituição que integravam. Nessa condição, realizam as experiências de convívio no interior das camadas médias, bem como de ambigüidade nas relações com seu mundo de origem e com os novos vínculos decorrentes da nova condição social. Ou seja, os processos de mobilidade levaram essas pessoas a migrarem para logradouros de melhor infra-estrutura que os bairros proletários de suas origens. De igual modo, passaram a conviver com pessoas de nível social mais elevado, abrindo caminhos para uma nova escala de vivências e experiências nem sempre confortáveis.

A esse respeito, uma informante narrou o incômodo que a presença de seu grupo familiar causava aos vizinhos no condomínio onde passou a residir, enfrentando ameaças e ofensas racistas, a ponto de deixarem uma carta ofen-

siva em baixo de sua porta. Decidida a não mais tolerar esse tipo de atitude e “disposta a dar uma lição” em quem lhe deixou tal escrito, ela chegou a mover uma ação judicial contra o condomínio que, no período da entrevista, aguardava decisão do Ministério Público. Outra informante assim narrou sua experiência de adaptação aos padrões da nova convivência:

Ocorreram situações pontuais comigo. Se, por exemplo, me convidavam pra ir a um evento, eu cansei de ir exageradamente arrumada, enquanto o evento era uma roupa mais esporte. Eu tinha medo de perguntar. Eu cansei de ir em jantares e ficar até com fome, porque quando vinha algo como aquele talher de lagosta, que eu morria de medo de enfiar o negócio e a lagosta voar, então, eu preferia não comer. Se um dos pratos era lagosta, então eu dizia que tava de dieta e tal. Então, realmente era uma dificuldade, uma pressão, muito cheia de medos, muito cheia de inseguranças. Muitas vezes deixei de comer, deixei de sair por medo de ir com a roupa inadequada, certo? Ficava sempre esperando todo mundo comer pra depois comer. Ficava com medo de falar alguma coisa errada. Então, sempre a gente passa por... por... por essas dificuldades e vai aos poucos tentando moldar. O jeito é você procurar se informar, instituir o talher dentro de casa. Instituir uma outra postura pra poder estar mais tranqüila. Quando eu saí a primeira vez com meu marido foi muito sofrido. Ele é branco e tinha uma situação financeira melhor do que a minha, e as roupas? Eu tinha medo de estar com uma roupa inadequada. Quando eu fui jantar a primeira vez, na casa dos pais dele, eu não comi. Eu não aproveitei porque eu tinha medo de ser tratada mal, eu tinha medo [...](Carolina, 39 anos, Diretora Geral de Hospital do Estado)

À exceção dos militares, todos os demais informantes realizaram uma breve experiência

de trabalhar em empresas privadas, antes do emprego público, deixando antever que a transição da escola para o trabalho formal se deu de forma automática e linear, como também a importância em suas vidas do “trabalhar para o Estado”, seja em função do caráter discricionário dessas instituições ou da segurança que atribuem a essa modalidade de emprego, mas também pela expectativa de que em relação à empresa privada haveria maiores possibilidades para ascender socialmente. Essa expectativa estimulou-os a fortalecer seus currículos, bem como a ter redobrada dedicação com as relações e atividades profissionais.

O roteiro de entrevista

Na elaboração do roteiro de entrevistas busquei captar o processo de desenvolvimento dos indivíduos, desde sua origem familiar até chegar a posição conquistada, com suas específicas tensões e formas de sociabilidades, averiguando os seguintes aspectos: a) *Vida pessoal* – características socioeconômicas da família de origem, influência familiar na formação educacional e profissional, trajetória escolar, sociabilidades na infância e adolescência, composição da família construída, dentre outras; b) *Vida profissional* – indicações sobre a vivência no trabalho; c) *Visão de mundo a partir da ascensão social* – influência do processo de ascensão individual no próprio sujeito como também no seu entorno, em uma tentativa de apreender manifestações identitárias e de consciência étnica desses indivíduos.

Sistematizei as questões enquadrando-as em blocos temáticos no intuito de facilitar a tomada dos depoimentos e de registrar uma seqüência lógica da história de vida dessas pessoas. Cumpre destacar que em nenhum momento da prática da entrevista isso foi totalmente possível, dado à variedade de informações e, prin-

principalmente, porque as pessoas possuíam formas diferentes de organizar seus discursos. A maioria delas enveredava por se alongar nos relatos, às vezes antecipando fatos que deveriam ser abordados na seqüência.

No caso dos sujeitos que de início mostravam-se reticentes ou lacônicos, seguia mais ou menos o roteiro metodicamente. No entanto, com as pessoas mais prolixas, utilizava um modo diferente de condução da entrevista: na medida do possível, eu os deixava expressar-se livremente, efetuando pontuais direcionamentos. Havia momentos em que o meu interlocutor, mergulhado em sua história, sentia-se perfeitamente à vontade para evocar recordações e, por longo tempo, emendava uma história atrás da outra, discorrendo sobre suas experiências, resgatando, espontaneamente, fatos que jamais haviam sido revelados a outras pessoas, como posteriormente me confessaram. Eu o acompanhava em seu discurso, evitando, sempre que possível, interrompê-lo em suas narrativas, mesmo considerando que algumas informações poderiam ser irrelevantes para a investigação.

Deixando muitas dessas “irrelevâncias” serem ditas, e exercitando o interesse sobre elas, pude, em alguns casos, deduzir informações bastante significativas para a investigação. No entanto, houve momentos em que para não responder a uma questão proposta o informante, hábil e intencionalmente, desviava o assunto, passando a falar de temas de seu interesse e que fugiam ao objetivo da pesquisa, forçando-me a interrompê-lo, reconduzindo ao roteiro com a argumentação de que “aquele tema seria tratado mais adiante”.

Na medida em que as entrevistas se sucediam, o roteiro teve que ser modificado, pois certas questões mostraram-se improcedentes, e novos questionamentos tornaram-se pertinen-

tes. Novas pistas surgidas durante a própria pesquisa invocaram outras indagações e exigiram a reformulação de questões no sentido de melhorar o rendimento do questionário.

O caderno de campo

O caderno de campo foi um instrumento fundamental nessa fase da investigação, servindo de suporte à transcrição dos dados registrados no gravador. Sua relevância fez-se patente ao permitir que eu registrasse as impressões ocorridas na etnografia do dia-a-dia e que, por meio dessas anotações, pudesse reconstituir partes perdidas de algumas gravações¹⁶.

As anotações nem sempre eram tomadas no momento da entrevista, pois em muitos casos elas distraíam o interlocutor que, preocupado com o que eu estava escrevendo, parecia perder um pouco a espontaneidade na exposição. Além disso, precisava estar atento à coerência de muitas das respostas face às freqüentes contradições que eu percebia nos discursos e que me interessavam esclarecer. Quando imprescindível, anotava os tópicos mais importantes, deixando para registrar as impressões captadas nos momentos imediatamente seguintes e fora do contexto da entrevista.

Conforme Montenegro (1992), ao recordar acontecimentos, temos a consciência de que estamos ensinando ao ouvinte como enfrentar situações semelhantes, efetuando um convite à participação na história e ao envolvimento no que está sendo contado. Assim, era comum perceber que o informante, em sua narrativa, parecia (conscientemente ou não) incorporar um personagem que ele desejava que eu supusesse ser ele. Por isso, eu procurava estar alerta o bastante para registrar os mínimos detalhes. Mesmo consciente de que essas observações também pudessem não refletir a realidade, anotava as ênfases feitas,

expressões faciais, sinais de alívio, de preocupação e outros gestos como possíveis chaves para entender coisas mais básicas.

O local das entrevistas

Aos interlocutores foi dada a liberdade da escolha do local e esta, em sua grande maioria, recaiu sobre os gabinetes de trabalho. Nem sempre esses espaços mostraram-se adequados, por conta de interrupções, tais como telefonemas, visitas de terceiros à sala onde se realizava a entrevista ou mesmo o cumprimento de afazeres profissionais¹⁷. O lar do informante, embora considerado por muitos autores como a melhor opção, em alguns casos mostrou inconveniências, como a presença de familiares que provocavam a inibição do depoente, o incômodo e dispersante ruído de cachorros latindo no jardim, a inesperada chegada de visitas, as interrupções do cotidiano – como telefones e, até mesmo, a presença da televisão, apenas ligada e muda na sala vizinha à da entrevista. Para o pesquisador, tratam-se de situações embaraçosas, cujo trato requereu certa dose de perspicácia e sutileza para minimizar os transtornos, afastar incômodos e até mesmo eliminar barulhos da rotina do lar, que interferiam na gravação.

No que tange à opção lar ou ambiente de trabalho considero que ambos possuem seus prós e contras e que o melhor rendimento ocorre quando estamos a sós com o informante, em ambiente calmo, sem fatores dispersivos ou passíveis de causar interrupções (o que nem sempre foi possível). Em ambientes dessa natureza, estabelecia-se uma atmosfera de maior confiança e, por conseguinte, de maior franqueza por parte do informante. Por exemplo, em duas situações diferentes, a presença da esposa e a do filho não só inibiu a franqueza, como também provocou a dispersão e, diria ainda, parece ter exercido uma sutil pressão no sentido de o informante

buscar sempre dar testemunhos “socialmente aceitáveis”. Nesses casos, adotei como estratégia voltar à questão em outro momento¹⁸, dando-lhe nova roupagem, a fim de obter informações que me pareceram mais coerentes com as demais falas do entrevistado¹⁹.

A tomada de depoimentos

O momento da tomada de depoimentos constituía-se em um verdadeiro espaço de observação etnográfica. As diversas dimensões da interação, para além dos dados fornecidos pelos informantes, tornavam-se elementos empíricos relevantes, me faziam conferir significados aos silêncios de constrangimento, às omissões, bem como às dispersões de narrativas. Essa mesma atitude era adotada frente aos suspiros resignados e mesmo a uma espécie de prazer demonstrado em discorrer sobre determinados assuntos em detrimento de outros.

O início de cada sessão era carregado de tensões, certamente em função das expectativas que ambos partilhávamos sobre o processo da entrevista e, para atenuá-las, começava tecendo comentários sobre amenidades, pois a partir daí ficava mais fácil passar ao registro das experiências. Na seqüência e com o devido consentimento, eu ligava o gravador, pedindo para que a pessoa falasse, inicialmente, de suas relações familiares de proveniência e de sua infância.

Nas primeiras horas, o tom de voz era sempre mais contido, e as respostas eram mais concisas. O clima tornava-se mais formal, certamente, pela presença do gravador, mas acredito também pela expectativa de incômodo de algumas lembranças e da possibilidade de se verem expostos em seus passados de pobreza.

Ciente disso, procurava fazer com que a conversa fluísse, e o objetivo deixava de ser a busca de informações ou evidências que va-

lessem por si mesmas, mas fazer um registro “subjetivo” de como meu informante olhava para trás e enxergava a própria vida em sua totalidade ou em uma de suas partes. Prestava atenção no modo como falava sobre ela, como a ordenava, a que dava destaque, o que deixava de falar, as palavras que escolhia. Na medida do possível, sutilmente, anotava tais observações, e isso, indubitavelmente, ajudou na compreensão da complexidade daqueles percursos.

A entrevista levava as pessoas a expor aspectos de suas vidas privadas e, por isso, eu contava com a eventualidade de ocorrer melindre ou constrangimento de algum entrevistado ao ser questionado sobre algo que lhe fosse muito doloroso revelar. As considerações de Nogueira (1985, p. 86) alertaram-me para ter precaução ao abordar “certos temas” e também havia um fato concreto: em pesquisa realizada no ano de 1999, junto a instituições bancárias de Salvador, vivenciei a relutância de prepostos do Departamento Pessoal em apontar os executivos negros do corpo funcional, temendo melindres por parte desses profissionais, em razão de terem sido classificados nessa categoria racial. Pediam-me para ser cuidadoso ao comentar sobre quem fez a indicação (Santana, 1999). Constatei, ainda, que a totalidade dos entrevistados mostrou-se avessa e desconfortável ao tocar nos chamados “temas delicados”²⁰, e os constrangimentos daí decorrentes levaram-me a refletir sobre a perversidade do mito e da crença no paraíso racial, evidenciada, inclusive, nos “interditos”, como lembra Borges Pereira ao apontar que:

o mito da democracia racial, do qual o país muito se orgulha, expressa-se e comprova-se através de certas evidências cuidadosamente selecionadas, entre elas a da existência de um sistema de etiquetas extremamente polido, que preceitua não ser de bom tom, ser indelicado com as pessoas fazendo referências a seus “defeitos” (*defei-*

tos referem-se, nesse caso, às peculiaridades raciais ou culturais). Nesse plano periférico, as relações sociais e individuais no Brasil são realmente muito cordiais, pois a cordialidade é um valor positivo muito cultivado no País (Borges Pereira *apud* Barbosa 1997, p. 217).

Presenciei respostas evasivas e silêncios que falavam por si sós às perguntas que fazia. Também enfrentei situações nas quais percebi o desconforto do informante em se ver conduzido por um “intruso” a se despir, ainda que momentaneamente, do papel de “autoridade pública” que representava cotidianamente. Exercitei ao máximo o autopolicimento, fingindo ignorar e/ou silenciando diante de omissões, de tentativas de suavização de passados dolorosos e de evidentes sentimentos de vergonha por humilhações sofridas. De igual maneira, assim agia quando percebia atitudes de controle sobre o que falar, como também das tentativas de demonstrar prestígio dos “esquecimentos” e/ou de certas contradições nos relatos.

Experimentei momentos de tensão e embaraço diante dessas ocorrências, mas também sentimentos de compaixão ao escutar relatos de cenas constrangedoras que me incomodavam, seja pelo seu conteúdo dramático, seja por revolverem em mim indesejadas lembranças. Também tive momentos de prazer ao inteirar-me de histórias vitoriosas de conquistas dos meus informantes, assim como das inesperadas coincidências de pessoas e fatos comuns que partilhávamos em nossos percursos de vida.

Tudo isso me fez pensar sobre como os negros que ascendem ainda se configuram como um caso emblemático, considerando a tradição da Antropologia que faz da etnografia a sua marca de distinção. A tradição da pesquisa etnográfica, dentro da qual também me formei, foi, em princípio, pensada para ser exercida entre objetos de pesquisa em situação de infe-

rioridade em relação ao observador – diferentemente das condições em que se estabeleceu esta investigação.

Nesse sentido, pude inspirar-me em poucos dos etnógrafos aqui citados, já que, por vezes, buscando atender satisfatoriamente aos objetivos da pesquisa, vi-me obrigado a inventar estratégias de ação no confronto com os sujeitos investigados ou adaptá-las aos instrumentos metodológicos de que dispunha.

Houve situações em que fui instado a adotar uma postura mais ativa como entrevistador: às vezes ponderando certas declarações, outras pedindo maiores detalhes no intuito de criar uma situação menos artificial e permitir que o entrevistado se expressasse. Em várias oportunidades, nos diálogos mantidos, tive que interpelar ou pedir mais esclarecimentos quando presumia haver inconsistências nas argumentações. Esse procedimento, que costuma ser desaconselhado por certos autores²⁰, tornou-se imprescindível à medida que pude perceber que o conhecimento sobre as camadas médias urbanas e sobre a elite brasileira ainda é bastante reduzido.

As entrevistas duravam em torno de três horas para cada informante, sendo que a média de sessões era de três para cada informante: O interesse de alguns informantes pelo exercício da memória gerava tanto entusiasmo neles, a ponto de parecer que eles queriam prolongar a sessão por mais tempo, a exemplo de um informante com o qual mantive contato durante quatro sessões consecutivas²¹.

Percebi que alguns informantes pareciam ver na entrevista a “ocasião” para manifestar as representações sobre seus processos de existência. Tomavam as “rédeas” da entrevista e produziam um monólogo que respondia às indagações iniciais, mas também me colocava outras questões. Agiam da forma que Bourdieu (1998) observou em sujeitos oriundos de patamares mais pobres da sociedade, que geralmente aproveitam a si-

tuação da entrevista para se fazerem ouvir, levar para os outros sua experiência e até mesmo uma ocasião para se explicarem.

uma ocasião excepcional que lhes é oferecida para testemunhar, se fazer ouvir, levar sua experiência da esfera privada para a esfera pública; uma ocasião também de se explicar, no sentido mais completo do termo, isto é, de construir seu próprio ponto de vista sobre eles mesmo e sobre o mundo, e manifestar o ponto, no interior desse mundo a partir do qual eles vêem a si mesmos e o mundo, e se tornam compreensíveis, justificados, e para eles mesmo em primeiro lugar (Bourdieu, 1998, p. 704).

Testemunhei interesses explícitos e satisfações evidentes em ter as experiências registradas, como também distinguidas e significadas positivamente. Pressentia a confiança deles de que suas histórias de dificuldades ou de sucesso seriam respeitosamente valorizadas e positivamente significadas por mim. Em alguns entrevistados parecia haver um certo afã de falar sobre algo “preso” e que há muito queriam comentar. Por conta disso, os relatos revelam-se densos, longos e, por vezes, intensos e dolorosos. Pareceram-me dar um certo alívio a alguns informantes pela oportunidade de falar e, ao mesmo tempo, refletir sobre um assunto que sempre reprimiram. Nesse caso, chego a comparar a uma auto-análise provocada e acompanhada.

Tais observações faziam-me presumir que o contexto atual representava um momento singular, em que a expressão dos pontos de vista sobre as experiências individuais dos negros em ascensão social era considerada como algo possível e até mesmo desejável²² – era como se refletindo os debates e as mudanças sociais que o País tem vivenciado no tocante à questão racial brasileira, os informantes estivessem afirmando: “agora eu posso falar”. A realidade da discriminação racial (ou talvez o desejo

de denúncia) parece ter se imposto superando uma eventual vergonha de confissão.

Desde os anos 90, o país tem experimentado um contexto de significativas mudanças no tocante a uma maior abertura da sociedade brasileira para a questão racial. Como resultado de acordos e compromissos internacionais e das sucessivas pressões da militância negra, o Estado tem assumido novas posturas frente a essa questão que, colocada no centro de vários debates, aumentou sua visibilidade, ampliando o rol de tensões, como também de tentativas de soluções. Por exemplo, em 2001 surgiram as primeiras ações afirmativas no âmbito dos Ministérios, culminando com a criação, em 2003, da Secretaria Especial para a Promoção de Políticas da Igualdade Racial (SEPPIR) que, revelando um novo entendimento do Estado sobre o caráter das relações raciais no país, tem provocado iniciativas correlatas de governos estaduais e municipais, assim como de ONGs e diversos setores da sociedade civil. No momento presente, a adoção de cotas raciais para ingresso nas universidades públicas tem sido objeto de longos e acalorados discussões na sociedade²³.

No bojo dessas discussões, pesquisa realizada em julho de 2006 pelo Instituto Datafolha²⁴ revelou que 65% da população brasileira apoiava as medidas de ações afirmativas, dando a entender que a questão racial incorporou-se decididamente no debate e na agenda pública nacional – algo que parecia pouco provável há menos de 30 anos, período em que a maioria dos meus informantes iniciava sua vida adulta.

Em relação a períodos anteriores, percebe-se um aumento da representação do negro no cenário político e em cargos de primeiro escalão no governo federal. Estes, desafiando o status subalterno a eles reservado no imaginário coletivo, distinguem-se de outras autoridades negras do passado por freqüentemente reconhecerem sua negritude e fazerem da raça uma questão

importante. Na sociedade, observa-se um maior número de pessoas discutindo sobre o racismo e que se autodeclaram como negras²⁵, aumentando a visibilidade desse segmento nas estatísticas oficiais e demonstrando que o contexto exerce grande influência no processo de redefinição da cidadania e, sobretudo, da identidade negra.

Consciente desse quadro, no momento das entrevistas, eu procurava demonstrar todo o respeito pelos relatos pessoais que estavam sendo partilhados, sinalizando com gestos, acenos de cabeças e também verbalmente; eu procurava demonstrar a riqueza daqueles percursos de vida e a relevância de conhecê-los, significá-los positivamente a fim de melhor se entender a realidade social brasileira.

Enfatizava que suas experiências eram ricas e importantes, mas tendiam a desaparecer junto com seus principais protagonistas, caso não fossem relatadas. Esse argumento sempre os incitava a buscar novas lembranças e trazer mais informações para a pesquisa²⁶. Inclusive, houve depoimentos que, momentaneamente, me pareceram estar dizendo algo valioso, mas que foram, posteriormente, totalmente descartadas, quando verificava que a generalização ou até mesmo a superficialidade das informações faziam com que pouco ou quase nada significassem para a investigação.

Contudo, sempre procurava mostrar-me impassível, até mesmo quando os fatos relatados não atendiam aos objetivos da pesquisa, ou quando percebia certos jogos de comunicação, desviando assuntos ou reforçando imagens ou fatos que queriam me comunicar. Por vezes as opiniões do informante não me pareciam convincentes e até mesmo contrariavam meus pontos de vista, remetendo-me para aquilo que Evans-Pritchard pergunta ao escrever sobre as crenças de povos primitivos: “será que importa saber se as consideramos válidas ou falaciosas?” (Evans-Pritchard, 2005, p. 244). De igual maneira, Viveiros de Castro (2002, p. 135)

conclui que não são nossos problemas acreditar, ou não, se peccaris, porcos ou queixadas são gente, mas levar a sério o que os “nativos” estão dizendo sobre a sua imaginação conceitual. Compartilho da idéia de que não podemos usar as nossas categorias para traduzir as nativas, destituí-las de suas subjetividades ou mesmo perscrutar se são fatos verdadeiros ou falsos bem ao modo moderno de ser (Latour, 2005). Acredito que cabe-nos apenas problematizar o que os discursos desses sujeitos estão comunicando. E, nessas situações, foi o que fiz.

A esse respeito, Berreman (1990), utilizando a metáfora do teatro, demonstra que pesquisador e informante agem simultaneamente como atores e público na montagem de um grande espetáculo, se inter-relacionando, mediados por códigos culturais específicos e de interesses diferenciados que ambos tentam preservar e projetar. Segundo esse autor, em uma situação de entrevista, os participantes (atores), ainda que brevemente, julgam os motivos e atributos uns dos outros, bem como definem a situação circundante e a imagem que lhes convém projetar. Ou seja, revelam o que acham que devem e ocultam o que desejam ocultar – cada um tentando dar ao outro a impressão do que melhor servirá a seus interesses, tal como os vê.

Era muito comum questionarem-me acerca dos demais informantes da pesquisa, sendo visível a satisfação ao tomarem conhecimento de quais eram os demais pares incluídos. Era como se fazer parte de um grupo com outros negros de prestígio legitimasse o sentimento de autovalorização e os fizessem experimentar um raro prazer de se verem racialmente identificados e, ao mesmo tempo, positivamente reconhecidos naquele grupo. Testemunhei o grande esforço de todos eles em sugerir novos nomes, além dos que continham em minha lista. A reduzida quantidade de negros em postos de prestígio na sociedade baiana ficou muito clara a partir da repetição dos nomes

na maioria das sugestões. Como eles, também me senti incomodado em constatar, na prática, quão poucos são os negros que ocupam posições de prestígio no Serviço Público. Sem esconder sua indignação, um deles revoltado comentou jocosamente que

a gente pode contar nos dedos das mãos o número de negros em posições de prestígio no serviço público, e mesmo assim é capaz de não se usar todos os dedos.

À medida que se desenvolviam as entrevistas pude perceber que quanto mais eu demonstrava compreensão e simpatia pelos fragmentos dessas histórias pessoais, mais me davam oportunidade de saber sobre eles e de detalhes que, em muitos casos, depois confessavam nunca haver antes revelado a outrem.

Em relação à discriminação, a gente tem muito pouca possibilidade de compartilhar. A gente não tem com quem dividir. Nós somos muito poucos pra compartilhar e somos dispersos, por isso eu acho que de mim ninguém sabe de nada. A primeira vez que estou falando desses casos é aqui com você. Aliás, eu até queria deixar registrado aqui que a questão racial, eu mesmo só vim discuti-la mais abertamente agora, com você na sua pesquisa e com um amigo meu que me aproximou de umas pessoas, mas nessa questão eu sempre estive sozinho, eu nunca tinha ninguém que compartilhasse dessas discussões comigo e também nunca tinha tempo [...](Norberto 53 anos. Mestre em ciências militares. Comandante de corporação militar em Salvador).

As informações fluíam mais facilmente depois que as identidades ou relações comuns entre o pesquisador e o informante vinham à tona. Eu percebia que, na seqüência, me mostravam retratos de familiares, matérias publicadas em jornais acerca da atuação profissional,

mencionavam relações de amigos influentes e sobretudo flexibilizavam suas agendas abreviando espaços entre as sessões de entrevistas.

A despeito disso, houve casos em que se passaram alguns meses de espera entre a abordagem inicial (por contato telefônico) e a tomada dos depoimentos. Por vezes, apelei para artifícios a fim de viabilizar o contato direto²⁷. Esse problema foi se reduzindo à proporção que as entrevistas se sucediam, pois, se por um lado eu ficava conhecendo melhor certos condicionamentos locais desse tipo de informante, por outro lado alguns dos abordados indicavam-me outros pares, além de passarem a palavra uns aos outros sobre minha pesquisa.

A prática também revelou que após um depoimento em que o informante expunha fatos mais pungentes de sua intimidade pessoal ou das situações familiares de pobreza e dificuldades, havia, na sessão imediatamente seguinte, sensíveis modificações no seu comportamento para comigo. O informante tendia a mostrar-se retraído, apreensivo ou monossilábico nas suas respostas às questões formuladas. Era como se eu o tivesse vulnerabilizado, fazendo-o “perder o controle da situação” e invadido sua resguardada privacidade. Nessas ocasiões, era como se estivessem sugerindo-me parar por ali ou não mais insistir em certo tipo de colocação²⁸. Então, sutilmente saía do meu roteiro, mudava de tema e lançava questões em que as respostas estavam relacionadas a terceiros que compunham sua história: como o professor que o referenciava positivamente, parentes mencionados na entrevista anterior ou remontava algum assunto mais leve.

As últimas sessões de entrevista mostravam-se sempre como uma ocasião para a troca de impressões sobre a pesquisa, de cartões de visita e de agradecimentos. Nessa oportunidade, alguns deles levavam-me a percorrer as instalações das instituições que dirigiam. Na

primeira vez em que isso aconteceu quis declinar do convite, pois já me sentia cansado e satisfeito com o material coletado. No entanto, a “visita guiada” acabou se constituindo em mais que uma caminhada cansativa, pois nesse percurso foram evocadas experiências que acredito jamais teriam aflorado na entrevista formal no escritório.

A intimidade e a confiança gerada

A despeito de minhas pré-noções e das dificuldades comuns a esse tipo de atividade, tive a oportunidade de estreitar laços de solidariedade e reciprocidade com essas pessoas. Cheguei inclusive a me aproximar de suas redes familiares e de amizades. A partir de convite dos informantes, participei de aniversários, almoços, jantares, trezenas de Santo Antônio e até casamentos, além de eventos institucionais e cultos religiosos. Em alguns casos, em nível de reciprocidade, fui também anfitrião, recebendo algumas dessas pessoas em minha residência.

A experiência desse trabalho de campo ampliou minha compreensão sobre a trajetória dessas pessoas, mostrou-me especificidades do processo de pesquisa junto a indivíduos negros de camadas médias e fez-me refletir sobre a relação entre pesquisador e sujeito pesquisado, quando há a mútua consciência da probabilidade de terem partilhado análogas vivências sócio-raciais. O crescimento e o desenvolvimento da personalidade em uma época comum e a probabilidade de ter vivenciado situações similares mostraram-se elementos de grande importância. Foram profícuos na capacidade de oferecer certa confiança, tranquilidade e até transformar o espaço da entrevista em ocasião de revelação de competências íntimas, de valorização e significação das histórias, mas também de partilhar relatos pessoais de memórias da cidade

e dos seus antigos personagens – como se a vida ganhasse mais significado, encontrando ressonância e ouvidos atentos.

Lembrando Bosi:

cada geração guarda a memória de acontecimentos que permanecem como pontos de demarcação em sua história [...] o caudal das lembranças correndo sobre o mesmo leito (Bosi, 2006, p. 408).

A cidade de Salvador guarda episódios notáveis que ouvia sempre retomados, valorizados e tornados saudosos na fabulação dos sujeitos. Por exemplo, as Olimpíadas da Primavera na Fonte Nova²⁹, as trezenas de Santo Antônio, os antigos carnavais na Avenida Sete, a mulher de roxo³⁰, as sessões de cinema no ICBA³¹, a antiga biblioteca na Praça Municipal, onde acorriam estudantes em busca de livros para pesquisa, e muitos outros eventos que eram de um tempo ao qual pesquisador e informante se reportavam muito bem³².

As lembranças incluíam-nos em um grupo o qual terminava sendo visto como “familiar” e, desse modo, confiável. Essa confiança depositada em mim foi fundamental para o bom andamento da investigação. Além das entrevistas propriamente ditas, havia as conversas *em off* (quando me pediam que desligasse o gravador), nas quais colhi impressões e opiniões a respeito deles e de suas trajetórias, que acredito dificilmente me seriam passadas por pessoas de “dentro” dos seus universos relacionais (familiares, amigos ou colegas de trabalho).

Embora se tratasse de indivíduos com uma imagem “pública”, em linhas gerais, demonstraram que em suas existências pouco falaram de si mesmo com outros interlocutores – especialmente do seu passado, do cotidiano de pobreza, inseguranças e dificuldades vivenciadas. Talvez, em certo nível, se possa falar que nas relações com vizinhos, colegas de trabalho e até pessoas do círculo mais próximo uma forma de interação específica se estabeleça em que, es-

tando próximos, também são distantes, já que estes, em muitos casos, são por vezes defensivos e aqueles mal podem constituir um apoio.

Cabe registrar que, para adquirir confiança, também passei por “testes”, como em um “rito de passagem”. Não foram poucas as vezes em que percebi estar sendo conduzido a emitir opiniões ou assentir a respeito de determinados fatos – especialmente nos primeiros momentos das entrevistas. Por exemplo, uma das informantes enfatizava a importância que ela atribuía ao seu corte e formato de cabelo alisado e alourado, como se esperasse de minha parte alguma manifestação de crítica ou desgosto. Nesse caso, interpelei-a comentando que na minha família havia alguém com um modelo de cabelo parecido ao dela e assim eliminei a “provocação”.

Tais testes, na maioria das vezes, referiam-se a questões ligadas às relações raciais e aconteciam, especialmente, referidas à participação em atividades do movimento negro ou do culto afro-brasileiro. Era comum a tentativa de avaliar o meu grau de aproximação com a militância negra (eu era objetivado pelos meus informantes), mas, sempre que possível, procurava desviar para um momento seguinte as minhas respostas a questões dessa natureza, acreditando que, desse modo, minimizaria prováveis interferências das minhas opiniões sobre as dos informantes.

Nesse ponto, considero importante retomar ponderações de Schatzman e Strauss (*apud* Bourdieu, 2005, p. 202) que considero férteis para lidar com casos como os que são tratados nessa pesquisa. Para esses autores, existem diferenças no nível do pensamento e da comunicação entre as camadas médias e populares que vão além do requinte da gramática ou da utilização de certo vocabulário, e explicitam-se na grande sensibilidade às reações do interlocutor. Em especial, isso se afiguraria na facilidade de se colocar no lugar do outro, como se, em situações de entrevista, um informante membro das classes médias conservasse

o chamado “controle da comunicação” – sempre agindo como um intermediário entre suas próprias imagens e o interlocutor, com a preocupação de “apresentar” o seu depoimento do mesmo modo como são feitas as “apresentações” – estimulando e antecipando as reações do interlocutor às suas palavras. Na perspectiva desses autores, o informante agiria como o diretor de um filme que, dispondo de várias câmeras, cada uma focalizada em um aspecto diferente da cena, controlando cuidadosamente seus efeitos ao rodar o filme.

Assim, a comunicação tenderia a se tornar ritualizada e, em grande parte, feita com subentendidos, tal qual ocorre entre pessoas que se conhecem bem e têm muitas coisas em comum. Consciente disso, procurei manter-me alerta no sentido de não perder de vista as possíveis intenções dos sujeitos, presumindo que no desenrolar de suas carreiras, na vida pública, essas pessoas tivessem desenvolvido um véu defensivo para se livrar de perguntas incômodas que ameaçassem desnudar personagens que, porventura, estivessem representando. Além disso, havia o fato de que em situações de entrevista,

o sujeito, mesmo que tente ser franco e sincero, dará, sem pensar, as respostas-chavão que foram tão convenientes em outras ocasiões. (Thompson, 2002, p. 275).

Vale dizer que, conforme avançávamos na conversação, a intimidade e a confiança aumentavam e, diante de fatos que vieram à tona, presenciei lágrimas e indignações. Em geral, tais emoções estavam relacionadas às lembranças de situações de humilhações decorrentes da experiência do racismo ou das histórias de pobreza. Ao falar sobre tais temas eles, em geral, baixavam a voz ou se refugiavam em generalizações e impessoalidades³³, desafiando-me a entender momentos de silêncio ante perguntas que fiz e captar detalhes que não foram revelados, por escolha ou mesmo por omissão inconsciente.

Em razão de “compromissos imprevistos” dessas pessoas, as remarcações das datas ou horários das entrevistas se acumularam, e isso, em grande medida, atrasou a tomada de depoimentos³⁴, obrigando-me a manter uma calculada flexibilidade na agenda para que fatos como esses não afetassem os depoimentos de outros informantes em horários seguintes.

Em função dos nossos ritmos de vida, cheios de “falta de tempo”, foi instigante e desafiador exercitar a arte da escuta com essas pessoas, pois as escutando e partilhando de suas histórias era como se por alguns momentos eu tomasse parte de vidas que, misturando passado e presente, pareciam solicitar uma espécie de apoio ou de confirmação de idéias e ações. Assim, experimentei sentimentos de compaixão, de alívio, indignação e tive, por vezes, a impressão de minha história estar sendo reproduzida nas falas dos informantes, o que, em um processo de pesquisa, sinaliza a ocorrência de diálogos muito particulares com indivíduos muito especificamente situados. Como afirma Bosi, somos de nossas recordações, apenas a testemunha, que às vezes não crê em seus próprios olhos e faz apelo constante ao outro para que confirme a nossa visão: “Aí está alguém que não me deixa mentir” (Bosi, 2006, p. 408).

Dessa maneira, esse trabalho de campo parece ter conduzido a nós todos a revivermos o passado com uma fluência que talvez não conseguíssemos em uma evocação solitária. Enquanto pesquisador, e no decorrer das entrevistas, fui instado a refazer cenas em minha imaginação e rememorar minha própria infância, reconstruindo a minha trajetória pessoal e reelaborando minhas próprias concepções a respeito das relações raciais em minha história particular. Como adverte Lévi-Strauss, é impossível atravessar a experiência etnográfica sem se modificar seriamente, pois não é jamais ele mesmo, nem o “outro” que ele [o etnógrafo] encontra ao final de sua pesquisa.

Finalmente, tenho que admitir que, por mais planejado que se conceba o trabalho de campo, ele tende a levar a inusitadas situações que, via de regra, não estão e nem jamais poderiam estar previamente inseridas em qualquer manual, uma vez que obter dos informantes os seus depoimentos implica em algo mais do que iniciar uma sessão de perguntas e gravá-las. Mais que nunca, o trabalho de campo exige, antes de tudo, que o pesquisador demonstre respeito, interesse, bem como a capacidade de saber ouvir, atentar para o contexto e, sobretudo, exercitar o bom senso para identificar a dinâmica mais profícua – aquela que, resguardando a integridade do interlocutor, atenda aos objetivos da investigação.

The fieldwork in a search with black executives: some considerations

abstract This article presents reflections on the development of fieldwork in a research on black people who experienced social ascension in Public Administration, pointing limits, possibilities and singularities observed in the confrontation between researcher and subject when in a situation of similar socio-racial conditions. The testimonies were collected between 2005 and 2006, with 20 black professionals. Like the researcher, all of them were considered as “public authorities” in Salvador - Bahia (Brazil). The author notes that, regardless of how the fieldwork was planned, situations that could never appear in any manual tend to emerge. To obtain testimonies requires that the researcher shows respect and interest for his informants, that he listens, learns and, above all, that he exercises common sense in order to identify the most profitable dynamics to preserve the informants’ integrity and to meet the objectives of the research.

keywords: Black people. Rise social. Trajectory. Fieldwork. Black middle class.

Notas

- ¹ Este artigo é um desdobramento da minha pesquisa de doutorado intitulada *Experiências negras de ascensão social em instituições do Serviço Público em Salvador: tensões, trabalho e sociabilidades sob a orientação do Prof. Livio Sansone*.
- ² Foge aos limites desse texto apresentar um inventário das várias políticas e iniciativas de promoção da igualdade racial formuladas em anos recentes. A esse respeito recomendo os estudos de Jaccoud e Beghin (2002) e Heringer (2006). Desde 2002, diversas universidades públicas estaduais e federais têm adotado em seus sistemas de ingresso formas que privilegiam a entrada de negros, de indígenas e alunos da rede pública nos seus vestibulares e a maioria adotou essa medida após debates no interior de seus espaços acadêmicos. Dentre elas pode-se citar: UFAL, UFRN, UFPA, UFPR, UnB, UNEB, UEMG, UERJ, UENF, UEL, UEMS, UEA, UNICAMP. Os dados da última Pnad mostram que de 2005 para 2006 aumentou em 1,34 milhão o número de pessoas que se declaram de cor preta, ou seja, passou de 11,5 milhões de pessoas para 12,9 milhões.
- ³ Nesse caso estariam incluídos os trabalhos de Velho (2002, 2003, 2004) e do grupo que a ele se relaciona. Essas pesquisas enfocam sujeitos da camada média urbana. Com esse mesmo enfoque destacam-se, mais recentemente, as pesquisas efetuadas por Figueiredo (2002, 2003) e Soares (2004) – enfocando sujeitos da camada média urbana.
- ⁴ Hughes (1984) critica a exigência de alguns negros americanos no sentido de haver maiores semelhanças entre quem pesquisa e o objeto pesquisado. Assim, somente negro poderia ensinar negro, ou seja, somente eles poderiam entender a si próprios. Contestando tal exigência, esse autor aponta que se isso ocorresse haveria uma redução do conhecimento, considerando-se que as experiências do outro, no sentido antropológico, contariam ou importariam pouco. Com efeito, se as pesquisas só fossem efetuadas dessa maneira, correríamos o risco de perder a sua dimensão comparativa. Não devemos deixar de atentar que, do ponto de vista da produção acadêmica, o olhar nativo pode revelar aspectos e dinâmicas nem sempre observadas por um “olhar estrangeiro”.
- ⁵ Para um maior aprofundamento dessa discussão, ver Figueiredo (2003).
- ⁶ Conforme Thompson (2002), em geral, os entrevistadores, sejam os próprios pesquisadores ou pessoas

- contratadas para o trabalho de pesquisa, são de classe média e com idades abaixo de 40 anos.
- ⁷ Ainda que isso possa ter favorecido o contato inicial, posteriormente revelou-se um ponto de dificuldade, especialmente nas ocasiões de questionar determinadas respostas, seja devido à existência de uma rede de relações comuns, ou porque a pergunta, muitas vezes, poderia parecer óbvia.
- ⁸ Vale ressaltar que, com alguns dos informantes, especialmente aqueles que pela maior proximidade entre nós eu era considerado “de casa”, pude perceber que à empatia demonstrada juntava-se, também, certa apreensão e “defesa”. Por certo, algumas dessas atitudes poderiam acontecer da mesma forma se a pesquisa estivesse sendo conduzida por outro pesquisador. No entanto, acredito que houve casos em que certos comportamentos só ocorreram devido à minha proximidade anterior com tais informantes.
- ⁹ Para maior detalhamento desse aspecto, ver Velho (2004, p. 127). Por outro lado, devo salientar que, muito embora considere que familiaridade não seja igual a conhecimento científico, acredito que ela representa também um certo tipo de apreensão da realidade, na medida que as opiniões vivências e percepções de pessoas sem formação acadêmica ou sem pretensões científicas podem dar valiosas contribuições para o conhecimento da vida social, de uma época ou de um grupo.
- ¹⁰ Alguns sujeitos indicados pelos informantes, para inclusão no grupo pesquisado tiveram sua participação descartada na pesquisa, pois por meio da ficha de identificação constatei que não pertenciam aos quadros de carreira da instituição.
- ¹¹ No caso de informantes cujos perfis se assemelhem aos deste estudo, deve-se levar em conta a efetiva probabilidade de que na tomada de depoimentos ocorram freqüentes remarcações de horários ou datas previamente agendadas. Os “compromissos imprevistos” são fontes dessas constantes alterações, impondo ao pesquisador a marcação desses horários ou datas com calculada flexibilidade, de modo que tais “compromissos” não afetem as tomadas de depoimentos de outros informantes em horários seguintes.
- ¹² Os jornais da cidade, diversas revistas nacionais, bem como livros como o *Fala crioulo*, de Haroldo Costa (1982), e *Quem é quem na negritude brasileira*, de Oliveira (1998), publicaram depoimentos diversos sobre a vida de algumas dessas personalidades, bem como informações diversas sobre suas atuações.
- ¹³ Conforme Piccolo (2003), os homens geralmente têm dificuldade para falar sobre suas vidas pessoais.
- ¹⁴ Por razões óbvias, os nomes dos informantes foram trocados. A denominação do cargo foi também referenciada de modo a dificultar a identificação dos sujeitos, visando preservar-lhes a privacidade.
- ¹⁵ Goldthorpe et al. (1986) apontam que é a partir dos 35 anos que as pessoas atingem a fase mais estável de seus ciclos de vida.
- ¹⁶ Em um dos depoimentos houve total perda do registro de quase 3 horas de gravação. A pouca habilidade no manuseio do equipamento (Mp3) de gravação inviabilizou o registro efetuado e resultou na perda de significativas revelações. Assim, no caderno, procurava comentar desde aspectos relacionados à personalidade do informante aos sentimentos ou impressões captadas; isso, no equipamento, não era passível de ser registrado, mas acreditava ser útil para a compreensão da situação. Em média, a tomada de depoimentos durava três sessões de aproximadamente duas horas cada – ainda que um dos depoimentos se prolongou por cinco sessões em face dos imprevistos. Em geral, a tomada de depoimento produzia forte cansaço e tensão nos entrevistados. Quando eu percebia os primeiros sintomas, procurava não insistir e, antecipando-me ao informante, procurava finalizar a sessão.
- ¹⁷ Conforme revelado pela grande maioria dos entrevistados, era a primeira vez que se exprimiam mais detidamente sobre suas trajetórias de vida. Isso, inicialmente os empolgava, contudo após a 2.^a sessão sempre se notava o cansaço apontado por Quivy (1992, p. 78), decorrente da exposição a uma situação penosa em que tinham de refletir, de reunir idéias, de pô-las em ordem e de encontrar as palavras mais adequadas.
- ¹⁸ Os temas delicados aos quais me refiro são racismo, casamento inter-racial, origem familiar, dentre outros. Nesse sentido, Azevedo (1966, p. 72), em sua pesquisa sobre as Elites de cor nos anos 50, já revelava a presença desse incômodo, pois alguns dos seus informantes se esquivavam de falar sobre os problemas raciais, desviando a conversa para outros temas, sob a alegação de que nunca repararam no assunto e de que o mesmo não tinha importância para eles.
- ¹⁹ Por exemplo, ao retomar um importante fato mencionado pelo informante ao final da sessão anterior, percebia-se que ao lado da esposa ele recorrentemente buscava enveredar por outros temas.

- ²⁰ Como exemplo, cito Bourdieu (2005) ao recomendar evitar intervir, para não quebrar a seqüência de pensamento do entrevistado, deixando-o à vontade, a fim de que possa falar livremente sem qualquer constrangimento.
- ²¹ Nesses casos, eu agia conforme recomenda Bertaux (1980), isto é, avaliava quando havia atingido o ponto de “saturação da informação” e impunha um fim à recolha.
- ²² A pesquisa de Fernando Henrique Cardoso revela situações em que o negro em ascensão recusava admitir ser referenciado como negro ao ponto de um mulato, em seu depoimento, admitir que preferia ser chamado de “filho-da-puta” em vez de “negro”.
- ²³ Como já mencionado, diversas universidades públicas estaduais e federais já adotam em seus sistemas de ingresso formas que privilegiam a entrada de negros, de indígenas e de alunos da rede pública nos seus vestibulares. No Congresso Nacional também tramitam, dentre outros, o projeto de Lei 73/99 e o Estatuto da Igualdade Racial, que oferecem importantes contribuições para a eliminação das desigualdades raciais no País.
- ²⁴ Essa pesquisa de opinião envolvendo 272 municípios brasileiros foi divulgada pelo jornal Folha de S.Paulo em 23 de julho. Sobre o assunto, considero esclarecedora a matéria de Wânia Santana, no Jornal Irohim, de 1/8/2006, intitulada O que o Jornal Nacional e a Folha de S.Paulo omitiram e o que Instituto Datafolha investigou.
- ²⁵ Os dados da última Pnad mostram que de 2005 para 2006 aumentou em 1,34 milhão, o número de pessoas que se declaram de cor preta, ou seja, passou de 11,5 milhões de pessoas para 12,9 milhões.
- ²⁶ A esse respeito, me pareceu que alguns depoimentos foram facilitados em face de eu, explicitamente, tentar demonstrar o quanto entendia o “valor” de cada uma dessas histórias e das experiências a ela associadas. Eu presumia que algumas delas comportavam fatos silenciados por muito tempo. Acreditava que, a partir do momento em que se evidenciasse o grande respeito ou a possibilidade de eu ter vivenciado situações semelhantes, os relatos e a relação se sucederiam com maior confiança, conforto e naturalidade. Isso me pareceu funcionar em muitos casos, embora tenha também redundado em situações nas quais fui bombardeado com relatos muitas vezes longos, entremeados de detalhes desnecessários que ocupavam grande tempo de gravações. Em muitos dos casos, acredito que esse foi o recurso que me tornou possível obter certos relatos.
- ²⁷ Como exemplo, cito o fato de que, por vezes, ao perceber que a identidade de pesquisador não era suficiente para me fazer ser atendido pela secretária, eu me identificava com as credenciais da entidade onde trabalho, o Banco Central do Brasil. Creio que nos casos que utilizei tal artifício de conformar a minha identidade à situação, houve maior facilidade de contato.
- ²⁸ Tal comportamento também foi constatado por Azevedo (1996, p. 27). Como ele, eu entendia que isso podia perfeitamente representar uma reação defensiva, mas podia também ser a confirmação da afirmativa que faziam de que poucas vezes haviam pensado no assunto.
- ²⁹ As Olimpíadas da Primavera aconteciam no estádio da Fonte Nova e dela participava a maioria dos colégios da capital. Era um dos mais importantes eventos estudantis nos anos 70 em Salvador.
- ³⁰ Personagem dos anos 70, que faz parte da história oral dos tempos áureos do centro de Salvador. Vestia-se sempre de roxo, com roupas que lembravam o hábito usado pelas freiras, e costumava perambular e dormir pela rua Chile. Dizem que foi moça instruída, de boa família, e que teria enlouquecido por causa de uma grande desilusão amorosa.
- ³¹ Durante os anos de chumbo, década de 1970, principalmente, o Instituto Cultural Brasil-Alemanha (ICBA) era considerado um importante pólo cultural da cidade, espaço de concentração de manifestações culturais alternativas e ambiente de resistência. Era um point em que os amantes das artes e da liberdade se reuniam. Na verdade, um espaço quase consular.
- ³² Os episódios rememorados, em geral, se referem à década de 1970 – anos de grande efervescência política e cultural. É desse período a repressão militar e o surgimento de grupos organizados com a intenção explícita de oposição e enfrentamento à discriminação e ao racismo, dentre eles o MNU e o Ilê-Aiyê. A pouca ou nenhuma menção a essas instâncias nas reminiscências dessas pessoas dão indicações do pouco ou quase nenhum envolvimento – da grande maioria dos informantes – de eventos relativos a fatos importantes desse contexto histórico.
- ³³ É o caso, por exemplo, de informantes que se utilizavam do artifício de usar o pronome “você” em vez de “eu” ao narrar experiências pessoais que lhes incomodavam, certamente porque afastando de si a autoria

da ação ficava mais confortável efetuar o relato: “você chega em casa da escola e só tem farinha com açúcar pra comer” ou então “você vai pra escola com um pé de sapato e a sua irmã vai pro médico com o outro pé, pois só tem um par de sapatos em casa”. São depoimentos cuja “tradução” significa “eu chegava da escola e só havia farinha com açúcar para comer” ou “eu ia pra escola com um pé de sapato e a minha irmã ia pro médico com o outro pé, pois só havia um par de sapatos em casa”.

- ³⁴ Um bom exemplo dessa situação é o caso de imprevista remoção para Brasília de um dos informantes, obrigando-me a interromper outros depoimentos em curso para proceder à emergência desse depoimento. A partir daí, toda a ordem de depoimentos teve que ser alterada. Houve casos em que entre a primeira e a segunda sessão se passaram dois meses.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Thales. *As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social, classes sociais e grupos de prestígio*. Salvador: Edufba, 1996. 188p.
- BARBOSA, Irene Maria Ferreira. *Enfrentando preconceitos: um estudo da escola como estratégia de superação de desigualdades*. Campinas: CMU/Unicamp, 1997. 250p.
- BECKER, Howard Saul; GEER Blanche, Participant observation and interviewing: a comparison. In William J. Filstead (org.), *Qualitative methodology: Firsthand involvement with the social world*. Chicago: Markham, 1970. p. 123-142.
- BERREMAN, Gerald. Etnografia e controle de impressos em uma aldeia do Himalaia (Behind many Masks). In: ZALUAR, Alba (Org.). *Desvendando máscaras sociais*. São Paulo: Francisco Alves, 1990. p. 123-174.
- BERTAUX, Daniel. L'approche biographique: sa validité méthodologique, ses potentialités, *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. LXIX, Paris: Presses Universitaires de France, 1980. p.197-225.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1998. 747p.
- _____. *O ofício do sociólogo: metodologia da pesquisa na Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2004. 328p.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 311p.
- BOSI, Ecléa. *Lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 484p.
- CABRAL, João; LIMA, Antonia. Como fazer uma história de família: um exercício de contextualização. *Etnográfica – Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social*, Lisboa-Portugal, v. IX, n. 2, p. 355-388, novembro, 2005.
- CICOUREL, Aaron. Teoria e método em pesquisa de campo. In: ZALUAR, Alba (Org.). *Desvendando máscaras sociais*. São Paulo: Francisco Alves, 1990. p. 87-121.
- CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998. 319p.
- DOMINGUES, Petrônio José. *Uma História Não Contada. Negro, Racismo e Trabalho no Pós-Abolição*. 2001. 412f. Dissertação Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001.
- EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. 255p.
- FARR, Robert. Interviewing the Social Psychology of the Interview. In: FRANSELLA, F. (Ed.). *Psychology for Occupational Therapists*. London: Macmillan, 1982. p. 151-70.
- FERNANDES Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965. 623p.
- FIGUEIREDO, Ângela. *Novas elites de cor: estudo sobre os profissionais liberais negros de Salvador*. São Paulo: Annablume, 2002. 122p.
- _____. *A classe média não vai ao paraíso: trajetórias, perfis e negritude entre os empresários negros*. 2003. 281f. Tese (Doutorado) em Sociologia – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2003.
- GOLDTHORPE, John H; LLEWELLYN Catriona; PAYNE Clive. *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*. Oxford: Oxford University Press. 1986. 398p.
- HERINGER, Rosana. Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil: um balanço do período 2001-2004. In: FERES JÚNIOR, João; ZONINSEIN, Jonas (orgs.). *Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas*. Brasília: Ed. UnB, 2006. p. 79-109.
- HUGHES, Everett Cherrington. *The Sociological Eye. Selected Papers*. New Jersey: Transaction Publishers, 1984. 584p.

- JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília: IPEA, 2002. 152p.
- LATOURE, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2005. 149p.
- LEEDS, Anthony. Carreiras brasileiras e estruturas sociais. In: LEEDS, Anthony; LEEDS Elizabeth (orgs.). *A Sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 55-85.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento*. 3 ed. Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1994. 269p.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992. 160p.
- NOGUEIRA, O. *Tanto preto quanto branco: estudo de relações raciais*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985. 133p.
- _____. *Preconceito de marca: as relações raciais em Itapeatinga*. São Paulo: Edusp, 1998.
- OLIVEIRA, Eduardo. *Quem é Quem na Negritude Brasileira*. São Paulo: CNAB, 1998. 306p.
- PEREIRA, João Batista Borges. *Cor Profissão e Mobilidade: o negro e o rádio de São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 2001. 279p.
- PICCOLO Fernanda Delvalhas. Particularidades e generalizações: reflexões a partir de uma pesquisa urbana entre usuários de drogas em Porto Alegre. In: VELHO Gilberto; KUSCHNIR Karina (orgs.) *Pesquisas Urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar. 2003. p. 55-68.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 1992. 275p.
- SANTANA, Ivo. Executivos negros em organizações bancárias de Salvador: dramas e tramas do processo de ascensão social. *Revista Afro-Ásia*, n. 23, Salvador, p. 199-240, 1999.
- SOARES, Reinaldo da Silva. *Negros de classe média em São Paulo: estilo de vida e identidade negra*. 2004. 315f. Tese (Doutorado) em Antropologia Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2004.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 385p.
- VELHO, Gilberto. *A Utopia Urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. 114p.
- _____. Observando o familiar. In: *Individualismo e cultura: notas para uma antologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. p.121-132.
- _____; KUSCHNIR Karina (orgs.) *Pesquisas Urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro. Ed. Zahar. 2003. 235p.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. *Mana*, v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002.
- WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 1995. 450p.
- _____. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2004. 128p.

Agradecimentos

Agradeço a Izabel Cristina Santana, Livia Quirino e Maria Luiza Camargo pelos comentários a este trabalho.

autor Ivo de Santana

Doutorando em Ciências Sociais/UFBA

Recebido em 17/03/2008

Aceito para publicação em 12/11/2008